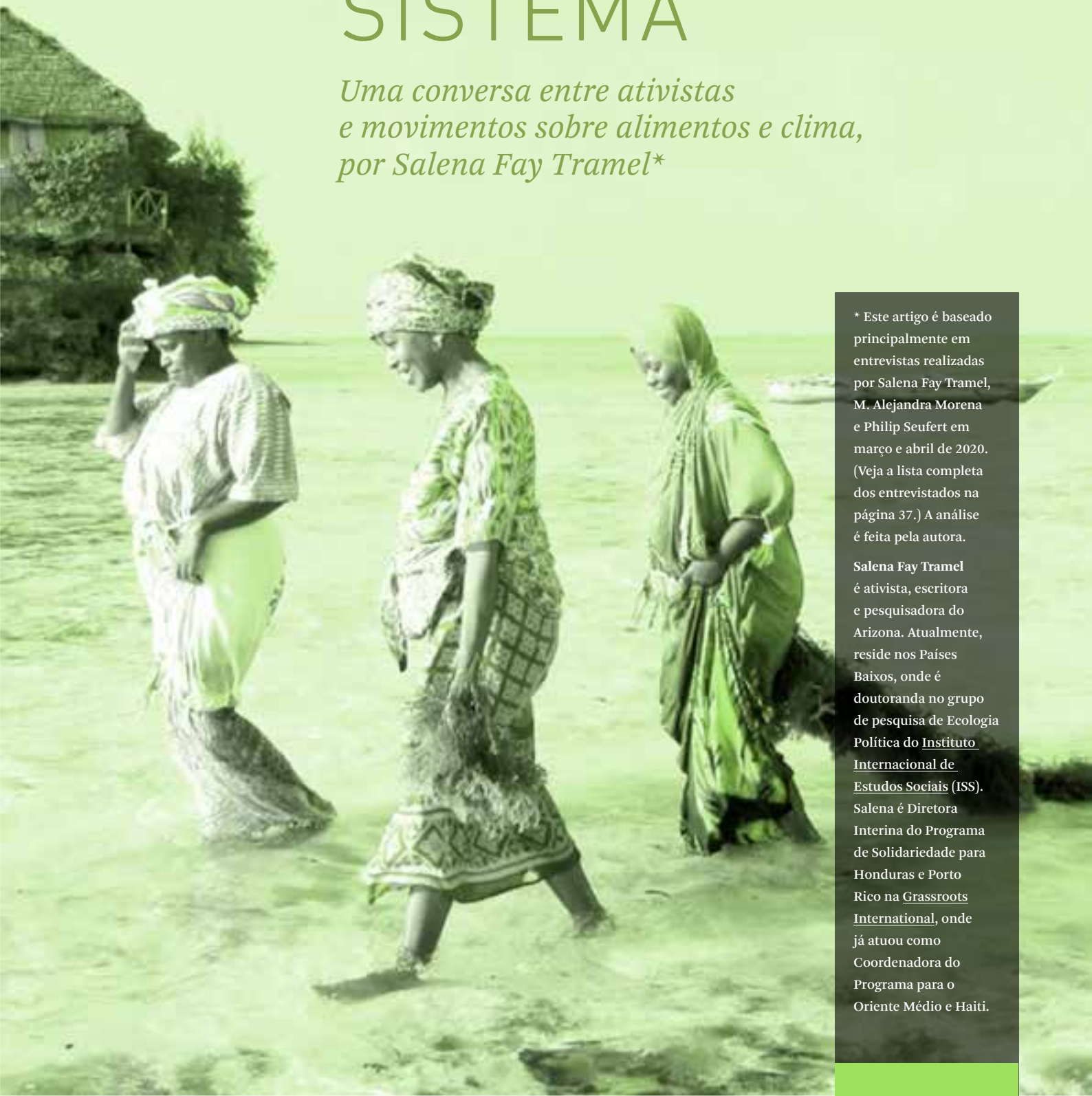


# CONVERGÊNCIA PARA SUPERAR A CRISE E MUDAR O SISTEMA

*Uma conversa entre ativistas  
e movimentos sobre alimentos e clima,  
por Salena Fay Tramel\**

\* Este artigo é baseado principalmente em entrevistas realizadas por Salena Fay Tramel, M. Alejandra Morena e Philip Seufert em março e abril de 2020. (Veja a lista completa dos entrevistados na página 37.) A análise é feita pela autora.

Salena Fay Tramel é ativista, escritora e pesquisadora do Arizona. Atualmente, reside nos Países Baixos, onde é doutoranda no grupo de pesquisa de Ecologia Política do [Instituto Internacional de Estudos Sociais \(ISS\)](#). Salena é Diretora Interina do Programa de Solidariedade para Honduras e Porto Rico na [Grassroots International](#), onde já atuou como Coordenadora do Programa para o Oriente Médio e Haiti.



*“Esse momento político é uma tempestade perfeita de dois sistemas de pressão opostos, a saúde humana numa era de pandemia e a saúde planetária nos estertores da mudança climática. A transformação é inevitável, mas a aparência dessa mudança depende de nós.”*

#### AGRADECIMENTOS |

Agradecimentos especiais a Philip Seufert e M. Alejandra Morena (FIAN Internacional) pelo apoio na conceitualização deste artigo, e a eles e a Christina M. Schiavoni (pesquisadora independente) pelo apoio na revisão.

FOTO | © Salena Fay Tramel

Choques ecológicos e económicos no capitalismo global não são nenhuma novidade, mesmo que tenham a tendência de nos apanhar desprevenidos. A terceira década do século XXI abriu-se como as páginas de um livro de suspense escrito de forma magistral, seu vilão um vírus altamente contagioso e multiplicador. A vida industrial moderna como a conhecemos, dependendo de uma intrincada série de interações humanas, parou de funcionar, como um relógio antigo e cansado. Aviões fantasmas sem passageiros cortam os céus em voos transatlânticos, enquanto os hospitais no emaranhado de cidades abaixo transbordam com doentes. Alguns de nós se voltam para os ecrãs de nossos computadores como os portais em que se tornaram, tentando entender esse momento político peculiar. Outros não têm tempo para tais reflexões; as linhas da frente do campo de batalha contra o COVID-19 estenderam-se ao longo das trincheiras existentes de raça, classe, género e geração.

Enquanto alguns jornalistas derramam tinta sobre o potencial ‘retorno ao normal’, e outros lamentam que ‘nada nunca mais será como antes’, comunidades e ativistas nas linhas da frente das alterações climáticas e da apropriação de recursos naturais têm experimentado os choques de desequilíbrio do sistema capitalista há já algum tempo.<sup>1</sup> Essas rupturas podem ocorrer numa área geograficamente limitada: um ciclone, um terramoto ou um derramamento de óleo. Elas também podem proliferar por diferentes lugares e espaços, uma vez que se iniciam, como as crises financeiras, energéticas, de combustíveis, e de aumento nos preços dos alimentos que ocorreram em 2007-08 e se espalharam através de várias fronteiras como fogo. Ou, de fato, como uma doença contagiosa e seus múltiplos impactos.

<sup>1</sup> Para mais informações, consulte O'Connor, James. *Natural Causes: Essays on Marxist Ecology*. Nova York: Guilford, 1998.

O Movement Generation, um grupo de ativistas de base, organizadores de movimentos e educadores populares com sede nos EUA, possui uma visão útil para entender as mudanças em grande escala que eles descrevem como ‘choques, deslizamentos e guinadas.’<sup>2</sup> Um deslizamento, como é conceitualizado nessa visão, indica um processo de mudança, parecido com o que eles chamam de choque — mas menos abrupto. Por exemplo, o aquecimento global e a acidificação dos oceanos são menos repentinos que uma emergência que surge da noite para o dia, mas pode representar perigos ainda maiores. Uma vez que um deslizamento ocorre, ele provoca uma reação em cadeia difícil de ser interrompida, assim como a energia cinética que leva uma fileira de peças de dominó a tombar uma por uma até o fim.

Quando um deslizamento crônico como o caos climático entra em contato com um choque agudo, como uma crise de aumento nos preços dos alimentos ou um surto repentino de uma doença, torna-se necessária uma guinada para romper o impasse. Essas guinadas podem ir em diversas direções. Na última década, testemunhamos tendências alarmantes nas guinadas em direção a um aumento da violência, da supremacia branca, do patriarcado e do colonialismo. Muitas delas ocorreram em resposta a questões interligadas de apropriação de recursos naturais e da negação e mitigação das alterações climáticas. Em nível global, isso é evidenciado pela falsa solução de ‘apropriação ecológica’, ou seja, apropriação de terras feita em nome da proteção ambiental — literalmente, “um ato de venda da natureza com a desculpa de protegê-la”.<sup>3</sup> As guinadas também se manifestaram em várias vertentes do nacionalismo, autoritarismo e populismo de direita dentro dos Estados como respostas a um projeto neoliberal abrangente e vacilante.<sup>4</sup>

Mas existem outros tipos de guinadas a ocorrer, e os movimentos de justiça social estão a usá-la para vencer batalhas de longa data pelo acesso e controle dos recursos naturais. Dentro e através de movimentos radicais que historicamente trabalham por setor, os ativistas estão a engajar-se em conversas difíceis para construir convergências sofisticadas em favor de mudanças sistêmicas. Ou seja, se o capitalismo está a produzir rotineiramente choques económicos e ecológicos ao longo da sua descida acelerada para um futuro que torna a vida impossível, então por que não usar essa ocasião para construir poder político a partir das bases para substituir o atual sistema por algo melhor?

Este artigo é sobre o que é necessário para que possamos alcançar essas guinadas em direção à justiça e soberania dos povos, e sobre quais são os obstáculos. Uma suposição fundamental e ponto de partida deste artigo é que a crise climática apresentou uma ameaça existencial que mobilizou movimentos que atuam em uma série de questões a entrelaçar suas lutas na resistência à apropriação de recursos e às alterações climáticas. Para trazer à tona as interações políticas que estão a ocorrer dentro e através dos movimentos em defesa da vida, o conteúdo deste artigo baseia-se em doze entrevistas, seis das quais foram organizadas em pares e as seis restantes, individualmente. Essas conversas foram realizadas com líderes do movimento social de organizações de mulheres, camponeses, pescadores, povos indígenas, jovens, ambientalistas e de trabalhadores dos cinco continentes, em março e abril de 2020.

Todos esses movimentos sociais compartilham agendas políticas abertas e pró-ativas que lutam contra o poder, privilégios e patriarcado. O clima e os alimentos foram usados como pontos de partida, áreas nas quais os ativistas entrevistados estão envolvidos há anos. As nossas conversas foram organizadas como espaços abertos

<sup>2</sup> Para mais informações, consulte Movement Generation. “Communities Across U.S Stand With Those Impacted by Sandy”. Disponível, em inglês, em: [movementgeneration.org/communities-across-us-stand-with-those-impacted-by-sandy/](https://movementgeneration.org/communities-across-us-stand-with-those-impacted-by-sandy/); e Justice Funders. “State of the Movement 2018: 03 Mateo Nube”, Fevereiro de 2018. Disponível em, em inglês, em: [www.youtube.com/watch?v=16nWP1y2kGI&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=16nWP1y2kGI&feature=youtu.be).

<sup>3</sup> Fairhead, James, Leach, Melissa, e Ian Scoones. “Green grabbing: a new appropriation of nature?” *Journal of peasant studies*, 39(2), (2012): 237-261.

<sup>4</sup> Scoones, Ian et al. “Emancipatory rural politics: confronting authoritarian populism”. *Journal of Peasant Studies*, 45(1), (2018):1-20.

para uma troca em torno do que os movimentos de base veem como a saída do impasse aparente de um momento político multifacetado, e como laços mais fortes podem ser forjados para alcançar-se a soberania alimentar e a justiça climática em lutas mais amplas pela mudança do sistema. O restante deste artigo está organizado em torno de quatro guinadas-chave que surgiram como temas comuns no debate sobre como alcançá-las: feminismos, agroecologia, água e transição justa.

### **FEMINISMOS**

Quando as chamas da crise dos preços dos alimentos foram finalmente controladas em toda a África uma década atrás, o continente foi abalado por feridas profundas no seu território, na forma de apropriação redobrada de recursos. Essa grande apropriação africana de terras foi única, pois os seus defensores a elogiaram como uma resolução para as várias crises de fome, desemprego e alterações climáticas. Mas ativistas feministas familiarizadas com as constantes mudanças de máscara do extrativismo não permitiriam ser varridas pela grandiosidade dessa farsa mais recente.

Ruth Nyambura é uma delas. “Começamos o Coletivo Ecofeminista Africano há pouco mais de cinco anos para reunir jovens feministas que trabalham na interseção entre a ecologia, a terra, os alimentos e o extrativismo”, diz Ruth por telefone do Quênia. “Os choques das crises de energia e alimentos provocaram um grande boom na mineração, e formulamos a nossa luta contra isso em dois níveis”, explica ela, “na tentativa de descobrir a economia política de tudo isso, enquanto também atuávamos em espaços mais íntimos.”

O Coletivo Feminista Africano passou algum tempo a rastrear o entrelaçamento histórico das mulheres, os alimentos e o meio ambiente que se estende pelo continente como um mapa revelador de padrões. “Nossas mulheres veem a análise interseccional dos alimentos na nossa região”, diz Ruth. “Estamos cientes de que a maior parte é produzida por mulheres africanas, nas áreas rurais e também nas cidades, e essas produtoras de alimentos são em grande parte mulheres mais velhas”, acrescenta.

Essa história carrega consigo um significado profundo, à medida que as mulheres do Coletivo Feminista Africano enfrentam o desafio das alterações climáticas. “Há uma tendência de esquecer a história colonial ao tentar abordar os efeitos das mudanças climáticas sobre as mulheres e no nosso ecossistema e os desafios interconectados da redução das áreas de terra produtiva e o colapso do setor público”, diz Ruth. “Mas devemos aplicar isso na nossa análise”, acrescenta, “porque a crise climática precisa de ser vista como uma expressão e continuação das políticas coloniais que o continente africano enfrenta há mais de cem anos”.

Arieska (Arie) Kurniawaty, organizadora feminista da rede indonésia de defesa das mulheres Solidaritas Perempuan, compartilha a visão de Ruth sobre a interseccionalidade e importância de prestar atenção na história ao se abordar as causas da crise alimentar e climática. “Falamos sobre os direitos das mulheres”, diz Arie, “já que para nós feminismo significa falar sobre os desequilíbrios de poder, da família até ao nível global”. Ela explica que, no contexto indonésio, as feministas organizaram as mulheres e as suas comunidades mais amplas para defender as suas causas de maneiras que tiveram que ser lentas e não muito conflituosas.

As respostas capitalistas à mitigação das alterações climáticas forneceram uma abertura política para isso. A cornucópia de recursos naturais da Indonésia tornou o país um local ideal para esquemas de comércio de carbono nas florestas, na indústria da pesca e em terras agrícolas. O arquipélago recentemente ultrapassou outros países do sudeste da Ásia e do mundo; em 2017, alcançou o cobiçado indicador económico de uma economia de trilhões de dólares e agora é a maior da região. Mas a que custo e para quem?

“É claro que temos que reduzir os gases do efeito estufa”, diz Arie, “mas projetos privatizados como o REDD+ na verdade limitam o acesso das mulheres às florestas, por isso precisamos trabalhar juntos para convencer o nosso governo de que essas são soluções falsas”. Ela diz que as florestas são onde as mulheres vão buscar alimentos e remédios e também servem como espaços espirituais e culturais insubstituíveis. A Solidaritas Perempuan equipa as mulheres camponesas com instrumentos testados pelo tempo, baseados em direitos humanos, como a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres* (CEDAW, 1979), bem como novos, como as *Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Posse de Terras, Pescas e Florestas* (VGGT, 2012), adotados pelo Comité reformado das Nações Unidas para a Segurança Alimentar Mundial (CFS).

No geral, Arie vê o movimento feminista indonésio em evolução como tendo potencial para lutar contra a impunidade das empresas multinacionais e um perigoso sistema político de direita que está a ampliar o seu alcance. A Solidaritas Perempuan também trabalha para aumentar a conscientização sobre questões feministas com movimentos sociais de produtores de alimentos e povos indígenas alinhados politicamente na sua análise, mas sem sensibilidade de género. Arie resume: “o patriarcado e o capitalismo empobrecem coletivamente as mulheres, e o movimento feminista é um movimento de libertação dos desequilíbrios de poder na vida de todas as pessoas. Agora é a hora de recuperar espaços cada vez menores em todas as regiões e continentes.”

Do outro lado do Oceano Pacífico e longe das suas praias, onde a fronteira militarizada dos EUA e do México separa o requintado ecossistema do deserto de Sonora, fica o território de Yaqui. Andrea Carmen pertence aos povos Yaqui, mas o seu compromisso com questões e movimentos indígenas não está vinculado à afiliação tribal. Como Diretora Executiva de longa data do Conselho Internacional do Tratado Indígena (IITC), no Arizona, ela cuida de muitos espaços.

Andrea começou a atuar no movimento das mulheres como estudante universitária nos anos 70. Naquela época, a segunda onda do feminismo vivia um auge e estava amplamente focado na resolução da desigualdade no local de trabalho. Enquanto a paridade salarial se tornou uma causa célebre para feministas brancas na América do Norte e na Europa, muitas mulheres indígenas ainda estavam ocupadas curando as feridas profundas infligidas pelo colonialismo. Andrea, por exemplo, trabalhava para alertar sobre a esterilização forçada de mulheres indígenas que estava em curso.

“Eu entendo o feminismo da perspectiva europeia, e faz sentido em seu contexto, mas como mulheres indígenas precisamos de o ver de outra maneira”, diz Andrea, “a Mãe Terra deu à luz a todos nós e criou respeito, então, forçar uma identidade binária sobre todos não é o que precisamos”. Ela acrescenta: “No nosso movimento

indígena, na minha experiência, não temos carência de liderança feminina forte, pois as mulheres são extremamente respeitadas como detentoras de conhecimento. Temos desafios diferentes.”

O conhecimento que Andrea compartilha aponta para a necessidade de uma pluralidade de feminismos para eliminar expressões sistêmicas prejudiciais de patriarcado, colonialismo e crescimento neoliberal. A promoção de feminismos indígenas, negros, camponeses, queer e outros movimentos de base permite que as pessoas mais afetadas por um sistema construído sobre formas interligadas de opressão construam o que é necessário para o substituir.<sup>5</sup> Podemos destacar as violações que estamos a enfrentar, mas também as maneiras pelas quais podemos contribuir para soluções”, diz Andrea, acrescentando que “é preciso respeitar as práticas e estruturas indígenas”.

5 Para mais informações sobre interseccionalidade, leia também: Gioia, Paula. “É hora de sair do armário: diversidade de gênero no sistema alimentar, *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (2019):34-41. Disponível em <https://www.righttofoodandnutrition.org/pt/e-hora-de-sair-do-armario-diversidade-de-genero-no-sistema-alimentar>.

## AGROECOLOGIA

Os planaltos peruanos de Ayacucho, que se conectam à floresta amazônica de um lado e à costa irregular do Pacífico, do outro, exalam revolução como o vapor das caldeiras dos vulcões pelos quais a região é conhecida. Quase 200 anos atrás, quando o Peru era uma fortaleza monarquista da coroa espanhola, o movimento de independência bolivariano venceu uma batalha decisiva em Ayacucho, salvaguardando toda a liberdade do continente sul-americano do domínio ibérico. Hoje, diferentes tipos de ameaças avançam pelos caminhos das montanhas andinas de Ayacucho.

O povo quíchua que vive em Ayacucho sobreviveu a muitas tentativas de aniquilação, em grande parte por se apegar firmemente aos sistemas agrícolas tradicionais que protegem a sua ecologia natural. Tarcila Rivera Zea é uma dessas guardiãs das tradições, líder no Centro de Culturas Indígenas do Peru (CHIRAPAQ) e fundadora da Rede Continental de Mulheres Indígenas das Américas (ECMIA). Ela dedicou a sua vida ao esforço de influenciar políticas, do nível local ao global, como defensora de mulheres indígenas, e fazer o seu trabalho através das lentes dos alimentos tem sido uma maneira importante de alcançar os seus objetivos. “A luta dos povos indígenas é pelo direito aos recursos naturais, e temos que deixar claro que esse é o nosso ponto de partida”, diz.

Tarcila explica que a crise climática está a exacerbar os problemas de acesso às culturas nativas em uma região já minada pelas políticas comerciais neoliberais. “Se valorizarmos e priorizarmos a produção saudável, de milho e batatas a ervas e medicamentos, e criarmos um mercado justo para esses produtos, o impacto das mudanças climáticas será menor”, afirma. Tarcila explica que o seu trabalho no CHIRAPAQ evoluiu em várias áreas, indo do direito à alimentação, à soberania alimentar e à justiça climática, e hoje inclui todas as três simultaneamente.

A agroecologia é um pilar que conecta a soberania alimentar à justiça climática. É uma mudança fundamental que os movimentos de justiça social veem como a saída do atoleiro que é o sistema industrial de alimentos e outras formas de controle e extração de recursos naturais. A maioria dos camponeses e povos indígenas tem aperfeiçoado a arte da agroecologia há gerações, através de constantes inovações baseadas no profundo conhecimento do mundo vivo.<sup>6</sup> Com a anemia e a desnutrição a aumentar na terra natal de Tarcila devido à apropriação do sistema alimentar por grandes empresas, o CHIRAPAQ está a se certificar de que as respostas agroecológicas dos movimentos de base comecem com a produção local e terminem com o

6 Para mais informações sobre a agroecologia e o feminismo, leia também: “<https://www.righttofoodandnutrition.org/pt/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia>”. *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (2019):42-50. Disponível em: [https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rt-fn-watch11-2019\\_por-36-43.pdf](https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rt-fn-watch11-2019_por-36-43.pdf).

consumo local. “Podemos usar a agroecologia para articular as vozes das mulheres indígenas do local para o global”, diz.

Mas o que a agroecologia significa exatamente na prática? Em 2015, um grupo de ativistas da soberania alimentar e da justiça climática se reuniu na pequena eco-vila maliana de Nyéléni para buscar respostas a essa pergunta. Não foi a primeira vez que o movimento camponês do Mali organizou um evento como esse em Nyéléni, em colaboração com a sua parceira global La Vía Campesina. Em 2007, quando a crise dos preços dos alimentos estava a aumentar, os movimentos sociais reuniram-se para discutir a soberania alimentar como “o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos por métodos ecologicamente seguros e sustentáveis, e o direito de definir a sua própria alimentação e sistemas agrícolas”.<sup>7</sup> Então, em 2011, quando o Mali estava a enfrentar alguns dos piores casos de apropriação de terras em todo o mundo, os movimentos sociais voltaram a Nyéléni para denunciar o fenômeno e combatê-lo com a promoção da soberania alimentar.

7 Consulte a Declaração de Nyéléni do Fórum para a Soberania Alimentar, 2007. Disponível, em inglês, em: [www.nyeleni.org/spip.php?article290](http://www.nyeleni.org/spip.php?article290).

O encontro de agroecologia de 2015 reuniu tudo: quando o deslize da crise climática entrou em contato com o choque da crise dos preços dos alimentos, a guinada que os capitalistas buscavam era a tomada de terras com uma nova fachada ambiental amigável. Essa aliança estratégica de movimentos sociais, no entanto, não iria permitir esse novo golpe. Saulo Araújo, que participou da reunião de agroecologia em Nyéléni, diz: “A agroecologia não é um conceito ou uma correção tecnológica, é um processo do que precisa ser feito para restaurar o equilíbrio, especialmente em tempos de crise”.

Engenheiro agrônomo por formação, o trabalho de Saulo apoia iniciativas em torno da soberania alimentar e da justiça climática lideradas por movimentos sociais. Originalmente do Brasil, ele atualmente dirige o Programa de Movimentos Globais da WhyHunger nos EUA, atua na Aliança de Soberania Alimentar dos EUA e na Aliança pela Justiça Climática. Saulo explica: “As pessoas estão a reivindicar o seu conhecimento e protagonismo ancestrais na soberania alimentar por meio da agroecologia. A solidariedade entre as comunidades é um ato de resistência em que compartilhamos conhecimento, apoiamos uns aos outros e construímos o internacionalismo de base como o caminho para as formas permanentes de crise que enfrentamos.”

É importante ressaltar que a agroecologia, assim como o feminismo, não é um remédio único. Na verdade, são exatamente essas soluções rápidas como REDD+ e a Revolução Azul<sup>8</sup> que a agroecologia está a combater através de resistência política altamente organizada.

8 Para mais informações sobre as iniciativas ‘Blue Growth’ (Crescimento Azul), leia também: Barbesgaard, Mads. “Privatização e captura da política global para a pesca pelas grandes empresas”. *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (2016):34-37. Disponível em: <https://www.righttofoodandnutrition.org/pt/node/131>.

Um exemplo desse trabalho está a ocorrer em Porto Rico, um lindo arquipélago que se espalha pelo mar das Caraíbas como um trio de esmeraldas na vitrine de um joalheiro. Uma rápida olhadela no mapa dá a impressão de que Porto Rico é um paraíso isolado, que conta inclusive com sua própria floresta tropical. Mas uma passada rápida nas páginas de sua história exhibe uma outra face. Primeiro, a ilha foi tomada dos povos indígenas Taíno por Cristóvão Colombo e seus saqueadores, e depois foi adquirida pelos EUA como espólio após a guerra hispano-americana. Hoje, a ilha continua sendo uma posse territorial não incorporada dos EUA, ou seja, uma das colônias mais antigas do mundo.

Jesús Vázquez, ativista porto-riquenho da Organização Boricua de Agricultura Ecológica (Boricuá), um movimento de jíbaras e jíbaros (produtoras e produtores agrí-

colas de pequeno porte) vê a agroecologia como a mudança necessária para romper com importações caras e não saudáveis de alimentos dos EUA e sufocar medidas de austeridade, também impostas pelo ‘continente’. “Pensamos muito nos nossos ancestrais, no povo Taíno e nos povos todas as regiões que querem voltar para a terra e usá-la produtivamente sem destruí-la ou explorá-la”, diz Jesús.

Uma rede crescente de ativistas de agroecologia em Porto Rico, que inclui a Boricuá, está a promover a lógica simples de que se Porto Rico cultivasse a maior parte dos seus próprios alimentos, além dos alimentos que produz para saciar os seus colonizadores — café para a Espanha e cana-de-açúcar para os EUA — poderia voltar a fazê-lo. Jesús explica que a Boricuá adaptou a metodologia campesino-a-campesino (de camponês a camponês) da La Vía Campesina, o movimento internacional de trabalhadores rurais do qual a Boricuá é membro, às necessidades intrínsecas do povo porto-riquenho. “Chamamos a esse método de brigadas agroecológicas e solidárias, e elas são essenciais para a forma como nos organizamos”, diz.

Essas brigadas passam de propriedade rural em propriedade rural para apoiar não apenas os agricultores, mas também a comunidade em geral. Tais estratégias fazem parte do compromisso da Boricuá com uma visão multisetorial. “Alimentos e agricultura são a essência da manutenção da vida, por isso sabemos que precisamos ter alianças mais amplas, com sindicatos, trabalhadores, produtores agrícolas, trabalhadores da saúde e outros”, diz Jesús. “Fazemos esse trabalho em diferentes regiões de Porto Rico e nos apoiamos os nossos movimentos”, acrescentou.

## ÁGUA

Mencionar a Palestina num grupo misto de pessoas é receita para uma discussão. Com tantas camadas complicadas de opressão a sufocar tantas pessoas no contexto da ocupação israelita dos territórios palestinos, seria fácil descartar esta esquina tão disputada do Mediterrâneo como uma anomalia. Afinal, o ‘conflito’ envolve uma pequena área geográfica, contra um pano de fundo perturbador de divisões religiosas aparentemente irreconciliáveis. Certamente, a luta palestina pela libertação — não diferente de qualquer outra luta pela libertação — tem uma história e características únicas. Mas as políticas contemporâneas que a orientam estão diretamente ligadas ao controle sobre os recursos naturais, e o principal deles é a água.

A União dos Comitês de Obras Agrícolas (UAWC) é um entre uma multitude de movimentos sociais palestinos que preenchem o hiato que a ausência de soberania nos territórios ocupados provoca. “Israel usa cerca de 85% das nossas águas palestinas”, diz Saira Abbas<sup>9</sup>, da sede da UAWC em Ramallah. “As forças de ocupação não nos permitem coletar água da chuva, e também nos proíbem de administrar a água subterrânea, impedindo-nos de aceder fontes, construir ou reabilitar poços artesanais”, explica.

Praticar a soberania alimentar por meio da agroecologia na Palestina rural nas sombras de invasões de assentamentos não é tarefa fácil, mas é um compromisso da UAWC. “O nosso melhor trabalho nas conjunturas de clima, alimentos e água é feito através do nosso banco de sementes”, diz Saira. A UAWC mantém um banco de sementes desde 2003; nele, ela protege um património de sementes palestinas raras que foram passadas de geração em geração como um estojo preciso de joias de uma antiga matriarca. “Essas sementes nativas não apenas facilitam o retorno à terra e a protegem através do cultivo”, diz Saira, “elas precisam de muito pouca água e nos protegem das mudanças climáticas”.

<sup>9</sup> O nome foi alterado para proteger a confidencialidade da entrevistada.



A UAWC persiste na importância do internacionalismo e da solidariedade na normalização da situação dos 20.000 camponeses e pescadores que a entidade representa em Gaza e na Cisjordânia. Ela é membro da La Via Campesina, e ter esse relacionamento político com o movimento global permitiu aos ativistas palestinos a oportunidade de promover intercâmbios de aprendizado em seus territórios e também participar noutros que ocorrem no exterior. “Juntos, estamos mostrando ao mundo inteiro o importante papel da água na agroecologia”, diz Saira. “E podemos ajudar as pessoas a entender que a água é um fator determinante da ocupação que tentamos combater”, acrescenta.

Entre os trabalhos recentes mais importantes da La Vía Campesina está a liderança nas negociações para a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, Camponesas e outras pessoas que trabalham em áreas rurais (UNDROP) e a sua aprovação; a Assembleia Geral adotou o instrumento baseado nos direitos humanos em 2018. O UNDROP descreve os direitos à água para uso pessoal e doméstico e destaca a sua importância para as pessoas do campo e outras populações que protegem os recursos naturais e cujos meios de subsistência dependem deles. O Artigo 21.2, por exemplo, estipula: “Essas pessoas têm direito a acesso equitativo à água e aos sistemas de administração da água e a estarem livres de desconexões arbitrarias ou de contaminação do abastecimento de água.”<sup>10</sup>

Embora movimentos sociais de vários sectores se esforcem para fortalecer os aspectos do seu trabalho relacionados à água, para pescadores e pescadoras, a água não apenas sustenta a vida, mas também fornece meios de subsistência. É nesse espírito que o Fórum Mundial dos Povos Pescadores organiza movimentos da pesca de pequena escala em todo o mundo. Um de seus membros mais ativos está em um Estado da África Ocidental, muitas vezes esquecido, onde rios caudalosos serpenteiam a terra vermelha para encontrar o mar.

As fronteiras bizarras da Gâmbia são tais que o país tem a aparência de um longo dedo torto que se projeta do Oceano Atlântico sobre o Senegal, como se estivesse apontando para o leste, sobre o vasto Sahel. Essa estranha topografia é remanescente de uma apropriação dos colonizadores britânicos da água no território indígena da África que já era ocupada pelos franceses. Desde 1965, a Gâmbia é independente; no entanto, a apropriação de água continua inabalável.

A Associação Nacional de Operadores de Pesca Artesanal (NAAFO) é a organização membro do Fórum Mundial dos Pescadores da Gâmbia que está a pressionar contra os reservatórios de água em várias frentes. Fatou Camara explica que o movimento do qual é líder adapta a estrutura da soberania alimentar para atender às necessidades exclusivas das comunidades ribeirinhas e costeiras da Gâmbia. “O peixe é uma proteína acessível altamente nutritiva para o nosso povo”, diz, “e a pesca industrial destrutiva e o turismo costeiro são uma ameaça para os pescadores”. Fatou representa a NAAFO internacionalmente dentro do grupo de trabalho de pesca do Comité Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar, uma organização que representa movimentos e tem sido fundamental na elaboração de políticas de governação global, como as Diretrizes Voluntárias da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação para a Pesca de Pequena Escala Sustentável (VG-SSF, 2014).

Na Gâmbia, Fatou trabalha na implementação de mecanismos políticos, como o VG-SSF a nível estadual, com foco na justiça de género. “A maioria das atividades

<sup>10</sup> Para mais informações, consulte: Claeys, Priscilla e Marc Edelman. “A Declaração da ONU sobre os direitos dos camponeses, camponesas e outras pessoas que trabalham nas áreas rurais”, *Journal of Peasant Studies*, 47(1), (2020):1-68.

relacionadas com a pesca e com a justiça climática é realizada por mulheres, por isso queremos que nosso papel seja priorizado dentro do movimento de pesca”, diz. Além disso, Fatou reconhece que a ausência de direitos de posse da terra era um obstáculo para todas as mulheres da Gâmbia e espera criar vínculos com outros sectores que procuram obter esses direitos. “Queremos trabalhar com mulheres noutros sectores para que possamos fortalecer o nosso poder coletivo.”

Uma das demonstrações mais impressionantes do poder coletivo que usa a água como estrutura para a mudança do sistema ocorreu no território Sioux, nos EUA, em 2016-17. Mais de 280 tribos indígenas se reuniram em Standing Rock, uma reserva nas vastas planícies da Dakota, onde a taxa de pobreza é três vezes maior que a média americana, para bloquear a construção de um oleoduto gigantesco na área.

Embora os protestos tenham sido finalmente dispersados à força e o oleoduto tenha prosseguido, os protetores da água cavaram para si um espaço no mapa político. Os eventos em Standing Rock funcionaram como uma estação geradora de energia que alimentou uma nova rede eletrificada de alianças. Novos campos de protesto surgiram em Minnesota e Louisiana para defender direitos garantidos por tratados<sup>11</sup> às suas águas territoriais. E na Nação Navajo, a maior reserva dos EUA, localizada principalmente nos áridos desertos do Arizona, o lema “água é vida” é usado para trabalhar em todo onexo água-energia-alimento.

<sup>11</sup> Os direitos de Tratado são acordos vinculativos entre duas nações ou soberanias. Para uma análise simples, visite: [indianlaw.org/content/treaty-rights-and-un-declaration-rights-indigenous-peoples](http://indianlaw.org/content/treaty-rights-and-un-declaration-rights-indigenous-peoples).

Janene Yazzie, que é da Nação Navajo e trabalha no IITC, explica que a desertificação está a aumentar e dunas de areia estão a espalhar-se por sua terra natal devido às alterações climáticas. Essa invasão lenta foi paralelizada por atividades extractivistas em montanhas sagradas, mineração de carvão, *fracking* de gás natural e um legado da mineração de urânio. Janene explica: “O Conselho Internacional do Tratado Índigena trabalha com comunidades indígenas para construir modelos não apenas de soberania alimentar, mas também de soberania hídrica, e depois encontrar os caminhos necessários para elevar essas lutas de base ao nível internacional”.

Um exemplo deste trabalho é garantir que as parcerias energéticas e o desenvolvimento da terra sejam feitos a partir de uma abordagem baseada em direitos, usando ferramentas como as compiladas na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), que estipula, entre outras coisas, o direito à água como um recurso natural essencial e o direito de defender tratados como os que teoricamente governam a Nação Navajo. “No nível da comunidade, este é um trabalho intergeracional”, diz Janene. “Temos a urgência de proteger os detentores de conhecimento tradicionais das nossas práticas, idiomas e protocolos necessários para explicar o que significa restaurar a nossa autossuficiência, a nossa soberania e quem somos como povos indígenas”, diz.

## TRANSIÇÃO JUSTA

A estrutura de transição justa surgiu da organização sindical e da justiça ambiental quando o movimento antiglobalização estava no auge no fim dos anos 90. Alguns defensores do neoliberalismo norte-americano e europeu estavam a atrair as antigas colónias com o elixir tóxico de estabilização, ajuste estrutural e crescimento liderado pelas exportações. Os trabalhadores de base, os ambientalistas que pediam uma transição económica e ecológica na época estavam bem cientes de que isso estava vinculado à quebra de barreiras relacionadas à raça e à classe.

Mais de duas décadas depois, a transição justa é hoje na prática tão diversa quanto o são as comunidades que implementam o seu princípio central de substituir economias extrativas por regenerativas.<sup>12</sup> “Somos inspirados por muitas formas diferentes de ação direta não-violenta, de Ghandi e o movimento dos direitos civis, ao movimento antiapartheid e às sufragistas”, diz Esther Stanford-Xosei, uma ativista africana por justiça climática e reparações do patrimônio cultural da Rede Internacional de Solidariedade, da Rebellion Extinction, com sede em Londres. “Sabemos que a apropriação e desapropriação de terras estava e está ligada às economias das plantações de alimentos”, diz, “e que a extração de recursos em nossa terra natal é a nova forma de colonização da Grã-Bretanha”.

Esther acredita que curar um planeta ferido deve incluir a reparação dos erros cometidos às pessoas no processo. Isso começa com reparações aos escravizados e mortos pelo projeto colonial. Esther faz esse trabalho em sua comunidade no sul de Londres através do Stop the Maangamizi! Campaign, uma campanha que tem como alvo o Parlamento britânico, ao exigir o estabelecimento de uma Comissão de Inquérito pela Verdade e pela Justiça Reparadora.

“Os alimentos são uma questão central da colonização, e as nossas lentes de reparação começam com essa história”, explica Esther. “Há uma ligação clara entre os alimentos, a terra e o ecocídio que estamos a testemunhar hoje”. Para ela, a transformação do sistema alimentar e as reparações estão entrelaçadas. “O ecocídio e o genocídio são processos interconectados que têm como alvo os povos africanos e indígenas”, diz Esther, “de modo que a justiça reparadora, incluindo um repúdio à dívida, é defendida por povos colonial e racialmente oprimidos no Norte e no Sul globais”.

Esther vê a interseccionalidade como o caminho a seguir, através de uma rede firmemente tecida de movimentos sociais.<sup>13</sup> “Também é importante que as comunidades brancas explorem as suas lutas por desapropriação de terras e opressão baseada em classe para defender a sua classe trabalhadora”, sugere ela. “Estamos a elevar as nossas perspectivas, soluções e metodologias para fundir as rebeliões dos nossos respectivos povos”, acrescenta Esther, “e parte desse trabalho está na conquista de corações e mentes na Europa”.

Como Esther descreve de forma eloquente, posturas ideológicas comuns dos movimentos de justiça social se baseiam na classe e identidade dos seus membros; por sua vez, essas ideologias alimentam estratégias políticas, como a transição justa. Khwezi Mabasa explica que os movimentos ligados à soberania alimentar e ao clima precisam criar estratégias de dentro para fora para obter resultados tangíveis no seu trabalho. “Precisamos de nos envolver com o Estado e também com o capital corporativo, já que ambos estão retirando a posse das mãos das pessoas e minando a soberania alimentar”, diz ele por telefone da África do Sul, “de uma perspectiva estratégica, precisamos de diferentes pilares de organização para transformar o sistema alimentar.”

Khwezi viu-se pela primeira vez nas interseções de alimentos e trabalho como educador e coordenador de políticas no Congresso dos Sindicatos da África do Sul (COSATU); hoje, ele faz um doutoramento centrado numa análise de género da crise agrária contemporânea da África do Sul. O seu trabalho abrange uma economia política alternativa, justiça racial e feminismos. “As mulheres negras da África do

<sup>12</sup> Veja Climate Justice Alliance. “Just Transition: A Framework for Change”. Disponível, em inglês, em: [climatejusticealliance.org/just-transition/](https://climatejusticealliance.org/just-transition/).

<sup>13</sup> Para mais informações sobre interseccionalidade, consulte: Woods, Deidre. “Mulheres invisíveis: fome, pobreza, racismo e género no Reino Unido”. *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (2019):27-32. Disponível em: <https://www.righttofoodandnutrition.org/pt/mulheres-invisiveis-fome-pobreza-racismo-e-questoes-de-genero-no-reino-unido>.

Sul são historicamente agricultoras de subsistência, e seu trabalho basicamente sustentou a reprodução social da classe trabalhadora durante o Apartheid e mesmo depois”, explica Khwezi. “Isso é importante porque o trabalho não reconhecido dessas mulheres faz parte de uma estratégia mais ampla de subsistência sustentada por hortas comunitárias e domésticas”, acrescenta.

A posição da África do Sul como potência econômica regional e as atividades extrativas que a levaram a esse patamar são salientadas por Khwezi. Ele diz que a raça às vezes é usada como arma econômica para abrir o caminho para as atividades de mineração. O cinturão de mineração de platina do país, por exemplo, possui algumas das maiores concentrações de metais preciosos do mundo. “Quando grandes empresas nacionais e internacionais querem uma licença de mineração, elas precisam mostrar que estão a contribuir para os objetivos políticos da África do Sul, como a reparação racial, para que estabeleçam parcerias com a elite negra”, diz Khwezi. “Assim, algumas seções do grupo de ex-oprimidos se tornam o opressor”, explica.

Cabo Agulhas, na ponta do continente na África do Sul, não muito longe de onde Khwezi vive, é o lugar onde os oceanos se voltam para si mesmos. As águas quentes da corrente indiana encontram as águas geladas que vêm da Antártida e os dois sistemas empurram-se como dançarinos a girar, movidos pela energia da força centrípeta. Essa coreografia oceânica é tão fluida e previsível quanto os ciclos de vida da humanidade e os movimentos sociais que ela constrói para manter-se em movimento. Assim são as políticas de geração.

“Há muito o que fazer e não temos muito tempo”, diz Chiara Sacchi, uma jovem ativista do grupo *Jóvenes por el Clima* (Juventude pelo Clima) na Argentina. Quanto mais Chiara compartilha sobre o que significa ter 18 anos e atingir a maioridade na era do caos climático e de uma grande pandemia, mais sua voz se amplifica. “Todos os nossos problemas na Argentina são sistêmicos”, explica, “e as mudanças individuais não serão suficientes, por isso devemos exigir políticas públicas que possam fazer uma grande mudança, ao lidar com a raiz do problema”.

O movimento *Jóvenes por el Clima* é separado em módulos, de acordo com áreas distintas de interesse, e Chiara participa de dois deles: mudança climática e áreas rurais. “A Argentina é um país que constantemente utiliza recursos naturais, através do agronegócio, do desmatamento e da mineração, mas estamos a organizar-nos como jovens para impedir isso”, diz.

Chiara coloca em prática os princípios da transição justa através de seu trabalho de organização. Um aspecto desse trabalho é fragmentar o sistema industrial de alimentos, para substituí-lo por um em que os consumidores nas cidades se conectem diretamente com os pequenos produtores no campo. “Estamos a estabelecer um diálogo, e isso funciona melhor quando começa no nível municipal, de vizinho para vizinho, e dessa forma apresentamos outra visão que pode mudar o jogo”, explica. “E, então, esses grandes momentos políticos se abrem, e todos nós nos reunimos e marchamos na capital e mostramos os nossos rostos ao mundo”, acrescenta.

## SÍNTESE

Nesse momento político que é delineado tanto por um desabamento iminente, definido pela própria pandemia, uma imagem de uma pintura do artista ativista filipino Federico ‘Boy’ Dominguez está a circular em alguns circuitos virtuais de ati-

vistas. A pintura mostra uma dispersão de barcos montados a partir de diferentes denominações de moeda, à deriva em um mar agitado de ondas exageradas de cor de safira. Ele mostra a estratificação social no seu pior momento, onde passageiros caricaturados se agarram nervosamente às laterais dos seus barquinhos de papel superlotados; um olhar mais atento revela outras pessoas abandonadas sozinhas no mar violento, a acenar angustiadas para os que estão nos barcos, a sinalizar para o alto em busca de alívio. O quadro serve como um dos muitos lembretes de que tudo o que está a acontecer agora é profundamente desigual.

De facto, esse momento político é uma tempestade perfeita de dois sistemas de pressão opostos, a saúde humana numa era de pandemia e a saúde planetária nos estertores da mudança climática. A transformação é inevitável, mas a aparência dessa mudança depende de nós. Os movimentos de justiça social que já estão familiarizados com esses tipos de choques e desabamentos, especialmente aqueles que trabalham nas interseções da apropriação de recursos e mitigação das alterações climáticas, apresentaram algumas propostas ousadas sobre as mudanças que são extremamente necessárias para romper o impasse.

As principais propostas são as novas estruturas de feminismos, agroecologia, água e transição justa. Essas mudanças nunca foram conceituadas como uma solução milagrosa; elas são diferentes em escala e espaço e variam de acordo com fatores como raça, classe, género e geração, que foram usados como alavancas de opressão no sistema capitalista. Cada uma das estruturas está focada na centralidade do território e o controle da comunidade sobre ele. E cada um desses pontos de referência está vinculado e reforçado pelos outros. Por exemplo, os feminismos fazem parte das transições justas tanto quanto a água é um componente da agroecologia.

Dos dolorosos solavancos da globalização que definiram as duas últimas décadas do antigo milênio às convergências de crises que caracterizaram as duas primeiras décadas do novo, a soberania alimentar e os movimentos de justiça climática têm trabalhado — cada vez mais unidos — para defender o quadro principal da mudança do sistema. O enorme esforço de mudar o sistema nunca teve a intenção de ser individualizado, como um Atlas mitológico que equilibra o peso do mundo sobre os seus ombros. É um processo altamente coletivo e contínuo, exemplificado por milhões de pequenos incêndios iluminando um céu sem lua.



## EM RESUMO

Os movimentos de justiça social estão a usar a soberania alimentar e a justiça climática como pontos de entrada para uma revisão sistemática radical. Embora muitas organizações de base tenham trabalhado historicamente por setor, os ativistas estão a engajar-se em conversas profundas para construir convergências sofisticadas para vencer lutas de longa data por recursos naturais e resolver várias crises. Esses diálogos mostram sinergias dentro e entre os movimentos, das quais as mais vibrantes estão ligadas aos trabalhos sobre feminismos, agroecologia, água e transição justa. Esse momento profundo de diálogo político também desenterra tensões, muitas das quais estão a ser tratadas por meio de uma abordagem interseccional para a construção de alianças no combate de sistemas de opressão sobrepostos, como raça, classe e género. A transformação é inevitável neste momento de reverberação de choques económicos e ambientais globais, mas de que forma essa mudança desabrochará depende de nós. À medida que o capitalismo descende para um futuro impossível de forma acelerada, os movimentos de justiça social estão a mostrar à humanidade mais uma vez que outro mundo é possível, necessário e já está em andamento.



## PESSOAS ENTREVISTADAS

- Andrea Carmen, Conselho do Tratado Internacional Indígena (IITC), povos Yaqui;
- Arieska Kurniawaty, Solidaritas Perempuan, Indonésia;
- Chiara Sacchi, Jovens pelo Clima, Argentina;
- Esther Stanford-Xosei, Extinction Rebellion Internationalist Solidarity Network (Rede Internacional de Solidariedade da Rebelião de Extinção, XRISN), Reino Unido;
- Fatou Camara, Fórum Mundial de Povos Pescadores (WFFP) e Grupo de Trabalho do Comité Internacional de Planeamento para a Soberania Alimentar da Pesca, Gâmbia;
- Janene Yazzie, Conselho Internacional do Tratado Indígena (IITC), povos Diné;
- Jesús Vázquez, Organização Boricuá de Agricultura Ecológica (Boricuá) / La Vía Campesina (LVC), e Aliança pela Justiça Climática (CJA), Porto Rico;
- Khwezi Mabasa, Antigo Congresso dos Sindicatos da África do Sul (COSATU) coordenador de políticas sociais, África do Sul;
- Ruth Nyambura, Coletivo Africano Ecofeminista, Quênia;
- Saira Abbas<sup>14</sup>, União dos Comités de Obras Agrícolas (UAWC), Palestina;
- Saulo Araújo, WhyHunger / Aliança de Soberania Alimentar dos EUA, Estados Unidos;
- Tarcila Rivera Zea, Centro de Culturas Indígenas do Peru (CHIRAPAQ) / Rede Continental de Mulheres Indígenas das Américas (ECMIA) Peru.

<sup>14</sup> O nome foi alterado para proteger a confidencialidade da entrevistada.



### CONCEITOS-CHAVE

- O fomento de feminismos de base permite que as principais vítimas de um sistema construído sobre formas de opressão interligadas construam o que é necessário para o substituir.
- A agroecologia é um processo que aborda o que precisa ser feito para restaurar o equilíbrio por meio da soberania alimentar e da justiça climática, e não uma solução única para todos.
- Às vezes tratada como uma reflexão tardia em debates sobre recursos naturais, a água deve ser tratada com urgência e como uma prioridade.
- A transição justa encapsula os caminhos a seguir, como o problema da apropriação de recursos e a mitigação das alterações climáticas.



### PALAVRAS-CHAVE

- Alterações Climáticas
- Destruição ecológica
- Justiça climática
- Soberania alimentar
- Feminismo
- Agroecologia
- Água
- Transição justa
- Agronegócio
- Poder corporativo
- Capitalismo
- Racismo
- Patriarcado

